



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÁTICA DE PESQUISA

**“AS PLANTAÇÕES DE MANDIOCA AO LONGO DO VAZA-BARRIS NO FINAL
SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO “MAPA” DE FRANCISCO
XAVIER DE OLIVEIRA DE 1785/1786”**

Guilherme Sebastião Santos
Orientador: Dr. Augusto da Silva

SÃO CRISTÓVÃO /SE
2022.2



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PRÁTICA DE PESQUISA

**“AS PLANTAÇÕES DE MANDIOCA AO LONGO DO VAZA-BARRIS NO FINAL
SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO “MAPA” DE FRANCISCO
XAVIER DE OLIVEIRA DE 1785/1786”**

Artigo apresentado para a avaliação da disciplina Prática de Pesquisa ministrada pelo professor Augusto da Silva, no período de 2022.2

SÃO CRISTÓVÃO /SE
2022.2

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, porque dele e por ele são todas as coisas, foi ele que me sustentou e me deu forças para enfrentar esta longa jornada.

Em segundo lugar quero agradecer a minha mãe, Maria Adriana pelo incentivo, amor, carinho, cuidado e dedicação.

Ao professor Francisco José Alves, por ter me fornecido o documento que foi analisado neste trabalho, ao seu método de ensino aplicado em sala de aula, pela sua capacidade e atenção, ao guiar os alunos nos caminhos da pesquisa e do ensino.

Aos amigos da turma de História 2017.2: Carolaine Silva, Lucas Marinho e Jeymson Santos.

Ao Colégio Imaculada Conceição e ao Colégio Estadual Irmã Maria Clemência que prontamente me recebeu para que eu pudesse cumprir o meu estágio.

“AS PLANTAÇÕES DE MANDIOCA AO LONGO DO VAZA-BARRIS NO FINAL SÉCULO XVIII: UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DO “MAPA” DE FRANCISCO XAVIER DE OLIVEIRA DE 1785/1786”¹

Guilherme Sebastião Santos²

Orientador: Prof. Dr. Augusto da Silva

RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo explorar alguns aspectos da cultura mandiocueira em Sergipe no final do século XVIII, a partir de uma fonte documental. Desse modo, a análise do documento visa listar e examinar os indícios que fornecem explicações acerca da produção de mandioca na região do Vaza-Barris. Para isso, este texto argumentativo toma como base um inventário de plantadores de mandioca em Sergipe (1785-1786), de autoria do capitão da ordenança Francisco Xavier de Oliveira, por mando do capitão Mor da ordenança, o sr. Filiciano Cardozo Pereira de Figueiredo. Assim, neste documento constam os nomes dos engenhos e de seus proprietários, bem como a quantidade de covas de mandioca plantadas por cada lugar, além de haver, também, os nomes dos escravos empregados para este serviço. Por fim, para a inquirição desta fonte foi adotado o roteiro de análise de fontes textuais desenvolvido pelo professor Francisco José Alves, ex-professor do Departamento de História (DHI) da Universidade Federal de Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Listas; Século XVIII; Mandioca.

"THE MANIOC PLANTATIONS ALONG THE VAZA-BARRIS RIVER IN THE LATE XVIII CENTURY: A DOCUMENTARY ANALYSIS OF FRANCISCO XAVIER DA OLIVEIRA'S "MAP" OF 1785/1786"

¹ Este trabalho é um desdobramento dos exercícios de pesquisa historiográfica apresentada no livro: “A Lição das Fontes”, organizado pelo professor Francisco José Alves e Saulo Barbosa. O livro é um produto da *oficina de análise e interpretação de fontes históricas* que o professor Francisco idealizou e vem coordenando desde de 2012, como atividade de extensão do *Departamento de História* (DHI) da UFS.

² Concludente do curso de Licenciatura em História (DHI-UFS). E-mail: guilhermesebastiao2014@hotmail.com

ABSTRACT:

This paper aims to explore some aspects of the manioc culture in Sergipe in the late eighteenth century from a documentary source. Thus, the analysis of the document aims to list and examine the evidence that provides explanations about the production of cassava in the region of Vaza-Barris. For this, this argumentative text is based on an inventory of manioc planters in Sergipe (1785-1786), authored by the Captain of the Ordnance Francisco Xavier de Oliveira, by order of the Captain Major of the Ordnance, Mr. Filiciano Cardozo Pereira de Figueiredo. Thus, this document contains the names of the mills and their owners, as well as the amount of manioc planted in each place, and also the names of the slaves employed for this service. Finally, for the survey of this source, we adopted the script for the analysis of textual sources developed by Professor Francisco José Alves, former professor of the Department of History (DHI) of the Federal University of Sergipe.

KEY WORDS: Lists; 18th century; Cassava

1 INTRODUÇÃO

Primeiramente, é de inteiro valor ressaltar que os trabalhos referentes à economia de Sergipe no Período Colonial e Imperial privilegiam o estudo da cultura da cana-de-açúcar e do algodão. Dessa forma, é possível constatar que entre os séculos XVII e XIX, esses produtos foram o carro-chefe das exportações agrícolas de Sergipe. Assim, é natural que haja na academia um maior interesse pela dinâmica de produção e exportação dessas mercadorias. Por outro lado, o destaque do algodão e da cana fez com que as culturas de subsistência ficassem em segundo plano nas produções.

Por conseguinte, atrelado ao pensamento de Costa e Santos (2012), é possível definir a mandioca como sendo um gênero alimentício de origem brasileira e anterior à chegada dos portugueses. A *Manihot Esculenta*, nome científico da raiz, era consumida e preparada por nossos indígenas. Sendo assim, com ela, os índios faziam o beiju, a tapioca, o polvilho e a farinha. Nitidamente, esses derivados da mandioca atravessaram os séculos e continuam figurando na mesa do brasileiro, principalmente na do nordestino.

A mandioca se destacou por ser um alimento bastante consumido pelos indígenas. Tanto os índios, como os colonizadores aprenderam a como eliminar a toxina do alimento através do cozimento e, assim, puderam atestar a versatilidade da mandioca. Em Sergipe, segundo Maria Almeida (1993), a farinha de mandioca era produzida em abundância, a ponto de seu excedente ser comercializado para as províncias de Pernambuco e da Bahia

Concernente ao trabalho de Pereira (2016/2017), é possível esclarecer que a mandioca foi o principal produto de gênero alimentício produzido em Sergipe até o séc. XIX, quando houve um *boom* na produção açucareira. Ainda, de acordo com o autor, os mais de 340 inventários analisados por ele atestam que a mandioca era o principal produto das lavouras sergipanas. Assim, as principais localidades produtoras eram: Santa Luzia, Lagarto, São Cristóvão e Estância.

Em suma, esse estudo servirá para que a população sergipana conheça um pouco mais sobre esse alimento tão comum em nosso estado. Para mais, esse trabalho também dará uma fecunda contribuição para o campo da História da Alimentação. E, como sabemos, esse é um ramo importantíssimo da História Cultural. Afinal, nem só de História Política vive o historiador.

O objetivo geral do trabalho é analisar a lista de plantadores de mandioca em Sergipe do final do século XVIII, de 1785-1786, a procura de indícios que permitam prestar esclarecimentos acerca da produção de mandioca na região do Vaza-Barris. Para isso, o documento foi inquerido a partir de um roteiro de análise de fontes históricas criado pelo professor Francisco José Alves, ex-decano do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Já os objetivos específicos tem por finalidade analisar o documento transcrito por Márcio Conceição de Santana; realizar a crítica externa e interna da fonte, aplicar ao documento o roteiro de análise proposto pelo professor Francisco Alves; e comentar, a partir dos indícios presentes na fonte, sobre a dinâmica da produção de mandioca na região do Vaza-Barris no final do século XVIII. Por fim, no decorrer deste trabalho, serão analisados os indícios que a fonte revela.

2 METODOLOGIA E QUADRO TEÓRICO

A metodologia deste trabalho consiste de uma análise da lista de plantadores de mandioca em Sergipe, do final do século XVIII. Esse manuscrito limita-se a região do Vaza-Barris. Nela está listada as localidades responsáveis pela plantação de mandioca, bem como a quantidade de escravos de serviço em cada local.³

Após isso, foi aplicado ao documento um roteiro de análise de fontes textuais. Em *A lição das fontes – Exercícios de pesquisa historiográfica*, livro do Prof. Francisco José Alves organizado em parceria com Saulo Barbosa, os autores expõe seu famoso roteiro de inquirição de fontes históricas.

O roteiro contém sete perguntas que nortearam a análise documental. São elas: O que é a fonte? Quem é o autor e em que época ele viveu?; Quando e em que contexto histórico o documento foi produzido?; Que indícios de sua época a fonte revela?; Que comentários se pode fazer sobre os aspectos levantados?; Como os tópicos levantados e comentados podem ser agrupados?; Em que áreas da História a fonte pode ser utilizada? (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 13 - 17.)

³ A presente fonte foi fornecida pelo professor Francisco José Alves, ex-decano do Departamento de História, ao qual sou imensamente grato. Este documento foi transcrito por Márcio Conceição de Santana e apresentado como Prática de Pesquisa em 2003.

Como se pode notar, o roteiro de análise tem como objetivo a realização da crítica interna e externa do documento sem que o pesquisador se perca durante o processo. Assim, o nosso ponto de partida foi os aspectos contidos na fonte, e para comentá-los tomamos como auxílio a historiografia sobre o tema.

No que concerne ao quadro teórico, não houve a necessidade de filiação teórica. Isso decorre do fato de que nossa pesquisa não tem como intento estabelecer uma explicação coesa de longa duração a respeito de um fenômeno. Por outro lado, na nossa pesquisa esteve subjacentes alguns pressupostos teóricos. São eles o princípio da imanência, a atenção ao gênero textual, o caráter social do texto, a generalização, a consideração aos informes implícitos e o caráter multifacetado do texto.

O princípio da imanência vê o texto como uma via de acesso para o passado. O historiador deve tomar como ponto de partida uma palavra, uma expressão, algo objetivamente localizável. Esse princípio tem como intenção evitar o biografismo, o subjetivismo e o “achismo”. (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 19.)

A atenção ao gênero textual pretende dar conta da relação entre forma e conteúdo do texto. O conteúdo e o objetivo de uma sátira são substancialmente diferentes dos de um panegírico. (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 19.)

Já o caráter social do texto parte da tese de que o homem é um animal social. Vivemos e morremos em sociedade. Portanto, um texto, por mais individual que seja, revela muito sobre o grupo ao qual seu autor pertence. Através do texto, podemos ter uma ideia do contexto. (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 20.)

A generalização, por sua vez, é consequência do caráter social do texto. Tomar uma fonte como uma expressão de um momento passado implica enxergar os dados do documento como “exemplos” de um padrão. O Prof. Francisco Alves nos diz: “Por exemplo, Caminha diz que os índios encontrados na Bahia andavam nus. Dado o caráter coletivo dos costumes, é razoável concluir que os índios brasileiros daquela época não usavam roupas.” (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 20.)

Por seu turno, a consideração aos informes implícitos significa que o pesquisador deve levar em consideração, ao ler um texto, os traços subentendidos, as entrelinhas. Ainda de acordo com o professor Francisco: “... Geraldo Vandré não critica diretamente a oposição não armada ao regime militar. Fala de “indecisos cordões” que “acreditam nas flores vencendo canhões”.

A canção faz, veladamente, uma apologia da luta armada.” (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 21.)

Por último, o caráter multifacetado do texto visa abarcar a ideia de que um texto é um manancial de informações de diversas naturezas. (ALVES e BARBOSA. 2022. p. 21.) Da nossa fonte, por exemplo, podemos extrair informações relativas a origem etimológica dos nomes dos escravos, a toponímia dos engenhos, a presença massiva de mulheres na plantação de mandioca, a composição étnica dos escravos, e a ausência de plantações de mandioca em alguns engenhos.

Portanto, foram esses os pressupostos teóricos que guiaram a nossa pesquisa, tendo em vista que o roteiro que foi utilizado para a investigação da fonte toma como alicerce essas mesmas pressuposições.

3- COMENTÁRIOS DA FONTE

3.1- A composição étnica da escravaria das roças de mandioca no Vaza-Barris

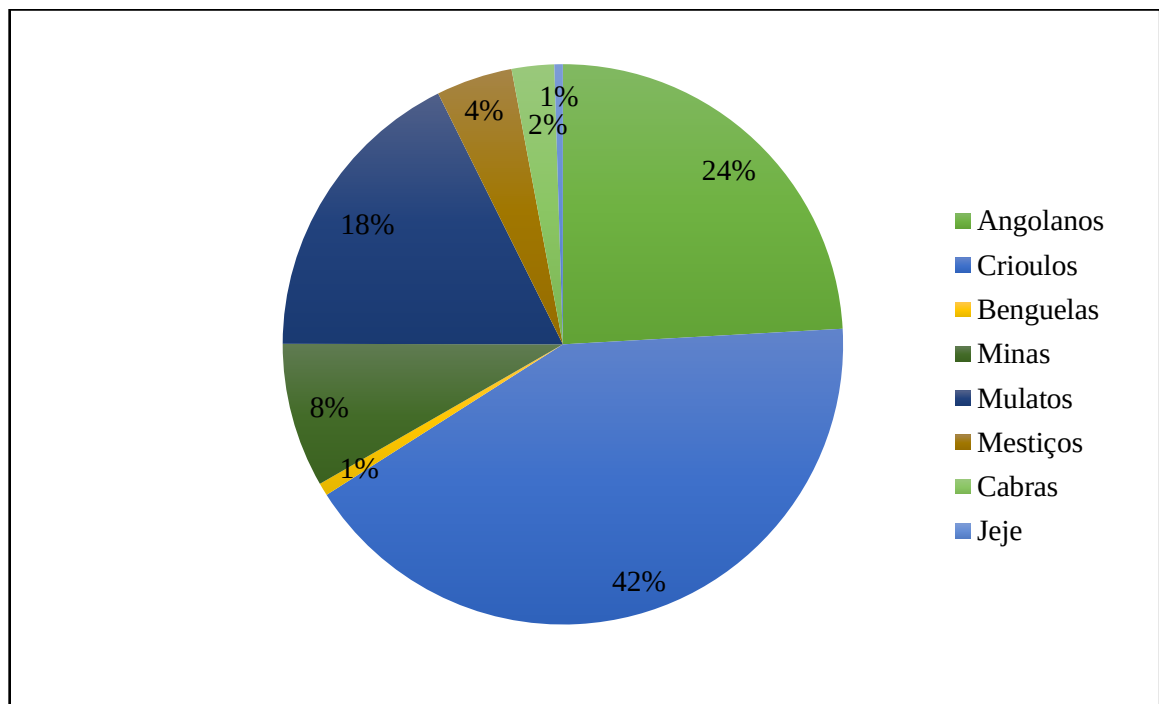
Observando a lista de plantadores de mandioca na região do Vaza-Barris no final do século XVIII, pode-se afirmar que existia uma grande variedade étnica. Os escravizados que entraram em Sergipe, vinham direto da Bahia. Estância se configurou como o centro receptor de africanos, dirigidos para aqui por terra ou mesmo por mar, por meio do estuário Piauí-Real. As fontes referentes aos grupos de escravos e dos descendentes de africanos são raras e incompletas. Esse fato é totalmente diferente quando se trata das grandes capitânicas como: Pernambuco, Bahia e Pará, que sempre mantiveram cálculos relativos ao número de escravos que passavam pelos seus portos. Além disso, Sergipe, era uma pequena capitania, e como a introdução de africanos advinham dos grandes centros portuários, em especial do território baiano, os documentos desse contingente demográfico ficaram comprometidos (BEZERRA, 1984, pg. 115).

Os registros históricos atestam que a Bahia era a porta de entrada dos africanos, muitos deles eram vendidos para a capitania de Sergipe Del Rey. Existem indícios de escravos que foram transportados da região baiana para Lagarto, São Cristóvão, Santo Amaro, Povoação de Capela e em Estância (SANTOS, 2014, pg. 111). Os documentos encontrados nos arquivos de Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro, revelam que durante o século XIX havia uma quantidade muito pequena de importação de negros pelos senhores de engenho e fazendeiros de Sergipe. No início

do século XIX, a escravidão sergipana era composta por “crioulos”. Evidentemente o grupo de negros em Sergipe, não era frequentemente renovado, situação muito diferente das zonas mais poderosas, como nas áreas canavieiras (MOTT, 1986, pg.77). A capitania sergipana também recebeu negros durante o século XIX, mesmo após os acordos feitos entre o Brasil e Inglaterra, para a proibição do tráfico de escravos.

Constata-se que a lista dos plantadores de mandioca da região do Vaza-Barris de 1785-1786 revelam indícios da composição étnica dos escravos. Predomina o seguinte caso conforme o gráfico 1 apresentado abaixo:

Gráfico 1: A composição étnica da escravidão das roças de mandioca no Vaza-Barris



Entre os grupos africanos que habitaram a região do Vaza-Barris a etnia predominante era a dos crioulos (42%). Já os angolanos (24%) eram o segundo grupo de escravos predominantes nessa localidade. Foi a partir do século XVII, que os africanos entraram na capitania de Sergipe, em especial os angolanos. Os jejes correspondem a uma porcentagem de (1%), na lista de plantadores de mandioca só foram encontrados quatro escravos dessa etnia. Em Sergipe, o número de jejes entre 1751-1779 e 1780 a 1800 sempre permaneceu em um mesmo nível. Esse grupo não estava apenas presente na região do Vaza-Barris, mas também boa parte das vilas sergipanas detinham os jejes como escravos (SANTOS, 2014. pg. 177).

Já os negros advindos da Costa da Mina prevalecem com apenas (8%) na área do Vaza-Barris. Foi na segunda metade do século XVIII, que o número de escravos de origem Mina elevou-se em Sergipe. Os gangela ou benguelas preponderam com (1%). Os gangelas eram provenientes do sul de Angola, se concentravam nos planaltos de Benguela, próximos ao rio kubango. (SANTOS, 2014, pg. 162). Os mulatos aparecem com um percentual de (18%), enquanto os mestiços prevalecem com uma margem de (4%) e por último os cabras com (2%). De tal forma é possível perceber a diversidade de grupos étnicos que prevaleciam apenas em uma região da tão pequena capitania sergipana.

3.2- Antroponímia dos escravos

A Antroponímia dos escravos no vale do Vaza-Barris apresenta seis classificações: erudita ou literária, latino-cristãos ou bíblicos, prenomes masculinos e femininos de origem obscura, nomes femininos derivados de nomes de Santos latino-cristãos, nomes de Santos pouco cultuados e prenomes de procedência geográfica.

Primeiramente, discutiremos a respeito dos prenomes originados do campo literário ou erudito. É possível perceber que por vezes muitos escravos, eram batizados com nomes de origem clássica. A princípio os nomes originados com um estilo literário ou erudito, são explicados tendo como causa o contexto histórico da época, neste período, o renascimento e a antiguidade clássica detinham muita influência dentro da sociedade (NUNES, 1996, pg. 221). Ilustremos essa afirmação com os nomes que constam na lista dos plantadores de mandioca da região do Vaza-Barris, são estes: Dionizia, Theodorio, Bazilio, Nastácia, Ifegênia, Anacleto, Ilario, e Eusebio, todos estes fazem parte do rol antroponímico erudito. Outros nomes de origem clássica eram pouco disseminados, mas passavam a ser usados para denominar os cativos, fato que pode ser constatado na fonte documental posta em análise, tomemos como exemplo os nomes: Ponciano e Apolonia.

Do mesmo modo outros prenomes de escravizados provinham de nomes de Santos latino-cristãos e nomes bíblicos. Somente era concedido um nome cristianizado, após o batismo da criança cativa ou do adulto que era forçado a praticar novos hábitos culturais. Exemplifiquemos essa alegação com os prenomes masculinos e femininos de origem religiosa presentes na lista de plantadores de mandioca da região do Vaza-Barris, são eles: Maria, Felipe, Antônio, João, Francizco, Benedito, Daniel, Pedro, Miguel, Thomé, Clemente,

Caetano, Marcos, Izabel, Cristóvão, David, Simão, Madalena, Anna, Pascoal, Ursula, Quitéria, Clara e Simão (NUNES, 1996, pg.222).

Além disso, estão presentes na fonte analisada, as formas de nomes femininos derivadas de nomeações de Santos latino-cristãos: Sebastiana (de São Sebastião), Francizca (São Francisco), Gonçalla (São Gonçalo), Domingas (São Domingos de Gusmão), Antonia (Santo Antônio) e Jerônima (São Jerônimo). Ademais concedia-se prenomes masculinos e femininos taxados como de procedência obscura, tomemos como exemplificação contidos no documento os nomes: Hermenegido e Brizida.

No que concerne aos nomes de escravos advindos de Santos pouco cultuados, a fonte investigada exhibe apenas o nome Jozé. Os nomes de Santos com mais popularidade eram os mais conhecidos. Já os nomes comuns eram atribuídos tanto a escravos, como a pessoas livres. O nome Jozé se repete com certa frequência no documento posto em análise. Na Idade Média, este nome não era comum, ao contrário do nome João. O culto a São Jozé passa a ser frequente na segunda metade do século XVII, sendo assim, é de se esperar que a divulgação desse prenome só ocorreu nessa época (NUNES, 1996, pg. 222).

Por conseguinte, é de profunda importância destacar que existia outras formas para dar-lhes um nome. Uma das maneiras para identificar um escravo era feita através do prenome que lhes era atribuído por meio da proveniência geográfica do cativo (Angola, Moçambique, Costa da Mina, e Cabo Verde) (NUNES, 1996, pg. 219). De fato, essa hipótese pode ser confirmada na fonte aqui estudada. Haja vista que logo nas primeiras páginas do documento encontra-se o nome do ex-escravo João Mina. Este liberto residia na cidade de São Cristóvão, era agregado no sítio de Moreize, possivelmente vivia do cultivo da mandioca (SANTOS, 2014, pg. 175). Esse é o único prenome encontrado na fonte, que se encaixa no perfil denominativo aqui exposto.

Podemos averiguar nessa documentação histórica que designar o nome de escravos não era um ato recluso apenas ao lugar que esses indivíduos pertenciam. Assim, há registrados prenomes derivados de outros lugares, mais precisamente de algumas cidades, tomemos como esclarecimento os nomes: Florência, Constantino, Romana, Salvador e Nazário⁴. Em resumo

⁴ Estes dois últimos nomes podem ter sido originados por procedência latino-cristãos ou bíblicos como já foi explanado nos primeiros parágrafos desse comentário, mas não podemos ofuscar uma outra hipótese, a de que eles foram usados para batizar escravos tendo como referência a designação de um determinado lugar.

foi possível perceber que a nomeação dos escravos da lista de plantadores de mandioca da região do Vaza-Barris, provinha de diferentes origens e variações.

3.3- A ausência de plantações de mandioca em alguns engenhos.

A ausência de plantações de mandioca em determinados engenhos na região do Vaza-Barris, no final do século XVIII, pode ter como causas os seguintes fatores: grandes secas na região nordestina, desobediência as ordens régias e baixa no valor do produto sergipano. Assim, não praticavam o cultivo da mandioca os engenhos: Barreira, Taperágua, Itaporanga, Camasarí, Buraco e Piabusu

Já no que tange a primeira causa da falta de lavouras de mandioca nos engenhos, é possível relatar que durante anos de 1780 a 1790, a capitania sergipana sofreu com o declínio da produção de mandioca, devido as grandes secas que assolaram a região nordestina. Outro infortúnio que abalou a produtividade mandioqueira nessas duas décadas, foi o aumento das plantações de cana-de-açúcar. Em 1724, o território sergipano contava com 25 engenhos, já em 1798 o total chegava a 140. O uso do solo de forma excessiva durante muitos anos, com cultivos contínuos, também contribuiu para a crise da mandiocultura nessa época.

Assim sendo, as secas assolaram a região nordeste, principalmente a Capitania da Bahia e de Pernambuco. No período estas eram as regiões mais populosas da colônia. Motivado pela forte aridez nessas regiões, Dom João escreve uma carta régia, na qual se descreve os prejuízos causados por este infortúnio, durante os anos de 1721 a 1740. Em um dos trechos do documento há expressivas queixas aos senhores de engenho, que não tiveram a capacidade de plantar mandioca em quantidades suficientes para atenderem o consumo alimentício da escravaria (ALVES, 1953, pg. 42).

As mesmas contestações feitas por Dom João ao governo da Paraíba, também foram adotadas para a Bahia. Por esta razão a plantação de mandioca deveria ser realizada em locais não destinados ao plantio da cana-de-açúcar. Esse ato objetivava obrigar os senhores de engenho a plantarem mandioca para produzirem farinha, fica claro que, em primeiro lugar, o açúcar predominava no ramo de exportação da colônia, pois gerava grandes lucros para economia portuguesa. Por meio desta afirmação, é possível indagar que o cultivo da mandioca ficava em segundo plano. De 1745 a 1746 sucederam-se secas parciais, que geralmente eram

vistas como uma espécie de profecia para uma seca total. A seca que pairou no Nordeste entre 1777 e 1778 foi registrada em alguns documentos dos Capitães-Mores (ALVES, 1953, pg.: 43).

Bem como já foi relatado, as secas pairaram em algumas capitanias do nordeste, durante o século XVIII, a Bahia, que era abastecida pela farinha de mandioca sergipana, começou a sentir os efeitos da queda da produção, devido a esse fator climático. O vice-Rei do Brasil, o Conde de Valença, designou, em 1782, que as autoridades sergipanas obrigassem os senhores de engenho a ampliar as suas áreas de cultivo da mandioca, pois nesse período eram uma das culturas de subsistência que faziam parte da base alimentícia sergipana. Em seguida a ordem régia determinava a obrigação do plantio de 500 covas para cada escravo. Após essa ordenança o poder público sergipano intensificou a fiscalização, tendo como objetivo cumprir a determinação ao máximo. Nesse sentido, para suprir essa demanda, os líderes das ordenanças locais passaram a solicitar os mapas e as listas de plantadores de mandioca de cada região (NUNES, 2006, pg. 139).

A preocupação com o plantio da mandioca foi algo que iniciou-se desde o período colonial. Por isso, a ordem régia de 27 de fevereiro de 1701, obrigava os donos das embarcações que faziam o tráfico de africanos a possuírem roças de mandioca, em quantidade suficiente para suprir a necessidade dos tripulantes e dos escravos transportados. Na concessão de sesmarias vigorava uma cláusula em que o sesmeiro deveria plantar mandioca, em uma certa quantidade, logo no primeiro ano de ocupação (ALVES, 1953, pg. 158).

A segunda causa que cooperou para a ausência de plantações de mandioca, adveio do grande poder que os senhores de engenho exerciam. Grande parte deles desobedecia às ordens régias e as autoridades locais, sendo que muitos nunca tiveram os seus nomes postos nas listas de plantadores de mandioca. Os escravocratas que habitavam a região do Vale do Cotinguiba, uma localidade que se destacava por ser um dos centros produtores de açúcar da época, descumpriram atrevidamente as imposições do Marquês de Valença. Em virtude da pressão pública, a produtividade da mandiocultura em Sergipe elevou-se no começo do século XIX, contando com grandes exportações para as áreas baianas e pernambucanas.

Arelado a esse saldo produtivo sergipano, a Bahia também contou com a expansão do cultivo da mandioca nas seguintes localidades: Maragogipe, Nazaré (das farinhas), Jaguaribe, Cairu, Camamu, Ilhéus, Belmonte e Porto Seguro o que resultou na baixa do valor do produto sergipano. Motivados pela nova condição dos baianos, os plantadores de mandioca se voltaram ao plantio do algodão, que estava em forte crescimento, por causa das indústrias têxteis

britânicas. E também passaram a se debruçar sobre o cultivo de canaviais, graças a oportuna valorização do açúcar dos mercados internacionais após as guerras napoleônicas e o desenvolvimento do mercado consumidor americano. De fato a cultura produtiva do território sergipano começou a contar com a presença da monocultura açucareira, produto este que não teve um destaque no início do período colonial (NUNES, 2006, pg.141). Sendo assim, é inteiramente aceitável assegurar que a “falta de plantações de mandioca” na região do Vaza-Barris, no final do século XVIII deveu-se a fatores multicausais.

3.4- Toponímia dos engenhos

A toponímia dos engenhos no vale do Vaza-Barris tem por propósito o seguinte debate: entender a descrição e a análise linguística e sócio-histórica por meio do nome dos locais, em específico, dos engenhos: Barreira, Itaporanga, Camasarí, Buraco, Dira, Conceição de Sima, Piabusú, e Belem. Dessa forma os nomes destes engenhos que passaram por processo de análise, materializam aspectos físicos e culturais no que diz respeito a denominação de um determinado local.

Todavia é relevante compreender que, nas pesquisas recentes sobre a taxonomia toponímicas de núcleos de povoamento de Sergipe, é perceptível a presença de uma variedade de línguas e etnias envolvidas na origem dos nomes sergipanos. De fato, a língua brasileira é constituída por uma base “multilíngue”, resultado da variedade étnicas e culturais do Brasil desde o período da colonização. Por isso, sabemos que a língua do colonizador está presente no topônimo nacional, bem como de outros grupos étnicos. Haja vista que ao estudar este assunto o pesquisador deve levar em consideração a interpretação dos aspectos causais e o status de cada estrato linguístico.

Previamente começaremos a explicar sobre o engenho “Camasarí”. A respeito dessa terminologia é possível afirmar que este nome é definido no glossário etimológico de autoria de Armindo Guaraná da seguinte forma: “braço do vasabarris. Engenho em Itaporanga. *Cama-peito*; *eçari*- lágrima, para significar gotta de leite. Arvore de construção de cujos córtex na casca verte leite” (GUARANÁ, 1914, pg. 301).

Dos 464 nomes de núcleos de povoamento em Sergipe, 375 (80%, 82) foram identificados como sendo de origem da língua portuguesa, também tendo participação nos topônimos de estrutura híbrida, não podemos esquecer das lexias de origem indígena, africana

e europeia (SANTOS, 2019, pg. 182). Sem sombra de dúvidas a denominação Camasarí advém do tupi-guarani.

De tal forma os nomes de origem tupi são indiscutíveis, sendo pequenas as nomenclaturas de outros povos indígenas, como kiriri/xocó e guarani, este último grupo não faz parte dos indígenas que estiveram presentes no território sergipano. Desta maneira é questionável dizer que estes grupos indígenas derivavam os nomes dos elementos físicos, sendo o elemento vegetal o mais usado por esses grupos étnicos, um exemplo disso é o termo Camasari, como aqui já foi citado, proveio de uma árvore. Assim, o tupi da língua brasileira, do tronco tupi-guarani, é a língua indígena presente na toponímia sergipana. Do mesmo modo a nomenclatura da língua tupi não é um fator exclusivo dos grupos indígenas, mas também de comunidades quilombolas (SANTOS, 2019, pg. 183).

Dessa forma passemos a falar da nomenclatura do engenho Piabussú. Similarmente, a toponímia do engenho de Piabussú também adveio do tupi. No glossário etimológico dos nomes da língua tupi na geografia do estado de Sergipe, o escritor delineia o significado deste nome: “Riacho affluent do Vasa barris. Lagôa em Itaporanga. Engenho. *Piaba*- peixe d’agua doce; *assú* ou *açú*- grande: piaba grande (GUARANÁ, 1914, pg. 317). Nesse sentido é importante ressaltar que o termo Piabussú pode ter sido derivado da motivação semântica de toponímicos de origem animal, os zootopônimos, estes também abarcam as terminologias motivadas pela fauna. Além disso, a maioria dos nomes que constam nesta categorização, provieram da língua do substrato indígena ou do substrato africano. É significativo dizer que não é o princípio etimológico o fator preponderante para a classificação, mas sim a referência zootoponímia (SANTOS, 2019, pg. 162).

Por conseguinte debateremos sobre a procedência da nominação do engenho Itaporanga. Essa propriedade também foi batizada com um nome derivado do tupi. O escritor Armindo Guaraná define em poucas linhas a terminologia deste local: “Villa. Estação da Estrada de Ferro. *Itá*---Pedra; *poranga*---bonita” (GUARANÁ, 1914, pg. 309). Por este exemplo, é possível perceber que esse termo emergiu do componente físico mineral, presente ao longo do Rio Verde, que hoje banha o município de Itaporanga d’Ajuda, provavelmente era nesta região aonde se localizava esta propriedade.

Em concordância com a taxonomias toponímicas dos núcleos de povoamento em Sergipe, o nome Itaporanga pode ter sido derivado dos litotopônimos, que remete a nome de lugares constituídos por elementos da natureza semântica mineral, creio eu que esta é a

explicação mais coerente para a derivação desta terminologia. Já a litotoponímia pode agregar fatores socioculturais, visto que o processo histórico brasileiro tem sido perpassado pelo povoamento de exploração do solo local.

No que concerne, a nomenclatura dos engenhos “Buraco e Barreira é possível crer que “podem ter sido advindos dos aspectos do relevo da região do vale do Vaza-Barris. De fato a geomorfotopônimos é um termo derivado do *geo*= terra e *morfo*= forma em grego. Assim sendo, este nome não designa apenas as elevações do terreno, mas inclui as depressões e as formas litorâneas. O relevo sempre foi um dos alvos motivadores na nomenclatura geográfica de Sergipe. O fato relevante é que este território nunca teve grandes altitudes, porém os geomorfotopônimos declaram ser a terceira taxonomia mais produtiva nos núcleos de povoamento sergipano. No tocante aos aspectos da geografia física e da geologia sergipana, esta demonstra as feições características do local, estabelecendo uma ligação entre o nome dos acidentes e o ambiente em que ele se encontra. (SANTOS, 2019, pg. 135).

Visto o contexto geológico do município de São Cristóvão, aonde se localizava o engenho Barreira, compreende que mais de 90% do território é ocupado por sedimentos do Grupo Barreiras: “areias finas e grossas com níveis argilosos a conglomeráticos ao lado de depósitos aluvionares e coluvionares arenosos, depósitos de pântanos e mangues, depósitos flúvio-lagunares e terraços marinhos mais recentes” (BOMFIM, COSTA, BENENUTI, 2002, pg. 04). Com estas informações não restam dúvidas que o topônimo deste engenho originou-se dessa característica geográfica.

No que desrespeito ao engenho Belem, é notável que este nome derivou-se a partir dos hierotopônimos (*hieros*- sagrado, em grego) este termo remete-se a denominações sagradas de diferentes crenças, associações religiosas e de seus membros, locais de culto, além de dados relativos a tais circunstâncias. Foi no continente Americano que a religiosidade lusitana começou a se espalhar. Por esta razão denominar uma localidade utilizando-se do sagrado religioso, traz particularidades se confrontado com uma ação de natureza física: uma desconexão entre o nome e objeto nomeado, não há na relação axiológica entre nomeador e ambiente. Consequentemente a escolha dessa nomenclatura se prende ao homem, ao seu espírito, a maior sensibilidade pelos fatos místicos, a sua crença e fé (SANTOS, 2019, pg. 120).

À vista disso, essa semântica conectada a religiosidade apresenta-se como o segundo com maior produtividade e a mais produtiva entre as taxonomias de natureza antropocultural, não sendo algo exclusivo na nomenclatura de Sergipe, mas de todo o território brasileiro. Dessa

maneira a hierotoponímica é um produto tanto de uma participação político-institucional católica quanto de ações de cunho religioso popular e espontâneo. É importante enfatizar que o nome do engenho Belem também pode ter sido derivado dos corotopônimos (do grego *khōros*, lugar) referindo-se a nomes de locais que remetem a nomenclatura de outras cidades, regiões, continentes e países. Assim, minha convicção é que esse engenho foi batizado com essa terminologia devido ao forte cunho religioso dos colonizadores e das pessoas que habitavam a região.

Por conseguinte discutiremos no que tange ao engenho da “Conceição de Sima”. Em relação a essa nomenclatura, é possível assegurar que ela se refere aos hagiotopônimos também apresenta topônimos com motivação religiosa. Tanto santas como santos constituem de forma direta e indireta para a toponímia sergipana e nacional. Assim a terminologia hagiotopônimos (do grego *hagios*, santo) constitui-se por meio de nomes iniciados pelas formas *são* ou *santo* logo após um antropônimo, sendo esta classificação religiosa mais produtiva. Posto isso é certo afirmar que nomear um determinado local referenciando santos e santas de origem católica não se isola apenas nessa catalogação hagiotoponímia, mas se configura em diversificadas posições da estrutura toponímica. Vale enfatizar que a terminologia dessa localidade é formada por duas classificações toponímicas, a primeira já foi aqui descrita, a segunda nomenclatura (Sima) está inserida nos geomorfotopônimos ao se referir a elevações do terreno (SANTOS, 2019, pg.131).

Em sequência, podemos proferir que o engenho Dira pode ter sido derivado da classificação dos antropotopônimos. Os nomes de pessoas eram apresentadas como signos toponímicos. A função toponímica dos nomes de determinados indivíduos podem abranger um amplo campo socioeconômico, político ou cultural, não se concentrando apenas em uma elite socioeconômica. O aparecimento de personalidades na nomenclatura geográfica brasileira, destaca-se pela: “presença da nomeação anônima, outras vezes somente pelo prenome, seguido, ou não, de alcunha, ou pelo hipocorístico, pelo apelido da família ou simplesmente, pelo conjunto onomástico completo” (SANTOS, 2019, pg.148).

Já o engenho Taperaguá que também era denominado de Itaperoá, localizava-se em São Cristóvão, sede da capitania de Sergipe Del Rey. Armindo classifica esse topônimo da seguinte forma: “Nome indígena da aldeia de Agua Azeda em S. Christovam. *Tapera-guá*, morador da aldeia abandonada, a andorinha” (GUARANÁ, 1914, pg.323). Os poliotopônimos se referem a lugares como “vila, aldeia, cidade, povoação, arraial” (SANTOS, 2019, pg.164 et al DICK, 1990, pg.33). O radical *polis* (muito grande) atesta que além do elemento geográfico, existem

itens semânticos geoadministrativa no elemento específico, com o objetivo de caracterizar o agrupamento humano (SANTOS, 2019, pg.164). Nesse sentido, é compreensivo informar que as denominações desses lugares fomentam variadas origens, aspectos e características particulares de cada grupo linguístico.

3.5- “O caso João Mina: um proprietário de terra alforriado ou cativo?”

O caso de João Mina na região do Vaza-Barris apresenta o seguinte quadro: é possível extrair dessa situação duas hipóteses: a primeira é que este era um escravo alforriado que conseguiu um pedaço de terra para plantar, a segunda é que João não passava de um mero escravo, que recebera do seu senhor um quinhão de terra para cultivar. Referente América Portuguesa é possível constatar que havia o costume de doar um pequeno pedaço de terra, para os escravos, afim de que eles desenvolvessem a sua própria colheita. Dessa forma os cativos passaram a estar vinculados a um economia autônoma que depois passou a ser denominada de: “brecha camponesa”.

Alguns historiadores como Ciro Flamarion Cardoso, acreditaram que a prática da economia própria dos escravos na América detinha característica camponesa, subsidiária, abrindo uma brecha camponesa no seio da produção escravista. É a partir desse pensamento que idealizou-se os escravos como fundadores do protocampesinato difusor do campesinato negro ascendido logo após a abolição da escravidão (GORENDER, 2016, pg.97). O termo protocampesinato concede a certeza de que o destino do escravo era o campesinato, fato que alguns estudiosos não concordam. No Brasil, o campesinato cresceu no seio da formação social escravagista colonial, em lugares marginais ou até mesmo nos interiores de plantagens, tal fato não deve nada a prática autônoma dos escravos (GORENDER, 2016, pg.98).

No que concerne a brecha camponesa, esta teve um papel significativo no marco do escravismo colonial. Sem dúvida alguma, os custos de manutenção e de reprodução da força de trabalho eram reduzidos pela metade. Por meio do seu plantio os escravos livres ou cativos estabeleciam o seu livre comércio, e o que recebiam proporcionava-os a comprar: bebidas, roupas, sapatos, joias, tabaco etc.... Os escravos cativos conseguiam juntar o valor aceitável para adquirir a sua carta de alforria. De fato, ter um pedaço de terra era algo reconhecido e que perdurava. Os escravos obtinham lotes por meio de doações, heranças e testamentos, além de terem permissão de arrendar as suas terras (GORENDER, 2016, pg.117).

Assim, os diferentes modos do campesinato no Brasil colonial não exprimiram nenhuma brecha camponesa no modo de produção escravista dominante, seja o patriarcal ou o colonial, pelo fato de não estarem inseridos na sua estrutura. Já o período da escravidão brasileira, foi marcado pelo modo de produção dos pequenos cultivadores não escravistas, uma produtividade secundária no desenvolvimento da formação social escravocrata, do qual faziam parte os sitiantes minifundiários, os posseiros e os agregados ou moradores. Sendo assim, foram estes os formadores de uma classe camponesa dentro da estrutural social escravagista (GORENDER, 2016, pg.246).

Em contraposição aos agricultores de pequenas plantações de subsistência, alguns lavradores, proprietários e arrendatários, se dedicavam a plantar cana-de-açúcar afim de abastecer certos engenhos, esses homens eram considerados escravagistas. Esses indivíduos labutavam juntamente com os escravos, porém é errôneo caracteriza-los como camponeses. O que eles realmente faziam era explorar o trabalho dos cativos, e apenas por causa da atividade econômica que exerciam, eram vistos como integrantes do modo de produção escravagista colonial. Deste modo, doar terras aos escravos foi um ato benéfico aos senhores, pelo fato de que os cativos mantinham um cultivo autônomo e trabalhavam até mesmo nos dias de descanso, tendo como intenção complementar boa parte da produção de subsistência, para isso aumentava-se o grau de exploração do cativo. (GORENDER, 2016, pg. 247).

Além disso, os escravos passaram a contribuir com o mercado interno por meio da venda de tudo aquilo que produziam. Em virtude desse pequeno comércio, os cativos conquistaram recursos financeiros e deles adquiriam certos artigos: fumo, bebidas, tabaco e vestuário. Consequentemente os escravos forneciam a maior parte de suas colheitas para o atendimento da autossubsistência, fato que esclarece a inclusão desses roçados dentro do sistema econômico natural do escravagismo colonial. O mais curioso é que não havia um sistema com intensa rigidez, que impedisse os escravos de praticar atividades comerciais. É possível constatar que a organização de uma economia autônoma do escravo não alcançou nas terras brasileiras uma natureza estrutural, o sistema não passou a ter uma estabilidade, muito menos generalizou-se.

No tocante a ordem régia assinada no dia 31 de janeiro de 1701, é possível relatar que ela estabeleceu duas opções aos grandes senhores de engenho: responsabilizar-se pela subsistência alimentícia dos escravos ou concede-lhes um dia de folga para poderem labutar nas suas próprias terras. Assim essa ordem não mostrou ser eficaz, muitos senhores a desobedeciam. Dessa maneira, em meio a essa dificuldade, após três anos, uma nova ordem régia foi apresentada com as mesmas características da primeira. Mesmo assim, os senhores de

engenho negaram-se a conferir um dia de folga aos escravos, para que estes pudessem dedicar-se ao plantio de gêneros de primeira necessidade. Já nas plantações de café e algodão, a escravaria tinha o aval para cuidar do seu lote e dele obter o seu próprio ganho.

Quanto a Sergipe, durante o período colonial, era comum que os escravos recebessem a tão sonhada liberdade após a morte do seu senhor, sem falar da posse de bens materiais que ajudavam-nos a se manterem após a saída do cativeiro. Com relação aos casos particulares, alguns conseguiam fixar-se como herdeiros da terça parte da herança. Já em outros casos havia o reconhecimento em testamentos pelos grandes senhores, dos filhos tidos como ilegítimos nascidos como cativos.

No que tange a outros escravos alguns fixavam-se como meeiros de bens imóveis como se tivessem parentesco com os doadores, obtendo ouro com peso em oitavas, e escravos para proveito próprio. Dessa maneira não resta dúvida alguma que o cativo teve um papel de destaque no campo social e econômico no decorrer do período colonial, fato que é esquecido e subestimado.

Acredito eu que João Mina se enquadra no papel de escravo, alforriado, que recebeu de algum senhor, um pedaço de chão para plantar mandioca. Uma particularidade que me faz defender essa hipótese, é que na lista de plantadores de mandioca, Mina não tem nenhum escravo a seu serviço. Era de costume que o escravista cedesse um quinhão de terra, para que o cativo trabalhasse nela seja de forma individual ou coletiva (com outros escravos).

No que concerne ao meu pressuposto, este pode ser confirmado na Tese de Joceneide Cunha. No seu trabalho, Nunes relata que havia alguns negros libertos da nação mina, que cultivavam a terra. A propósito, ela atesta que João Mina, era um liberto que residia na cidade de São Cristóvão, este era agregado no sítio de Moreize, possivelmente vivia do cultivo da mandioca. Esta propriedade pertencia a Leandro José, na localidade também viviam Luís, Gonçalo, Sebastião e Felipe, ambos da Costa da Mina. Em referência a João, esse indivíduo convivia com parceiros da mesma etnia, conseguindo se comunicar facilmente com os seus companheiros africanos, além de comungarem de valores comuns (SANTOS, 2014, pg. 175).

Em relação a outros cativos, estes adquiriam terras para explorarem e delas tirarem o seu próprio sustento. No que concerne aos lotes, eram cultivados produtos alimentícios como: mandioca, hortaliças e criações de pequeno porte. Acerca dos sábados, domingos e dias considerados santos, os africanos trabalhavam nas suas tarefas de terra. Não havia nenhuma interferência por parte dos senhores e feitores. Sendo assim, essa atividade era realizada tendo

como pilar a cooperação entre os companheiros da senzala ou da casa-grande. (GONÇALVES, PASSO SUBRINHO, WANDERLEY, 2004, pg.32).

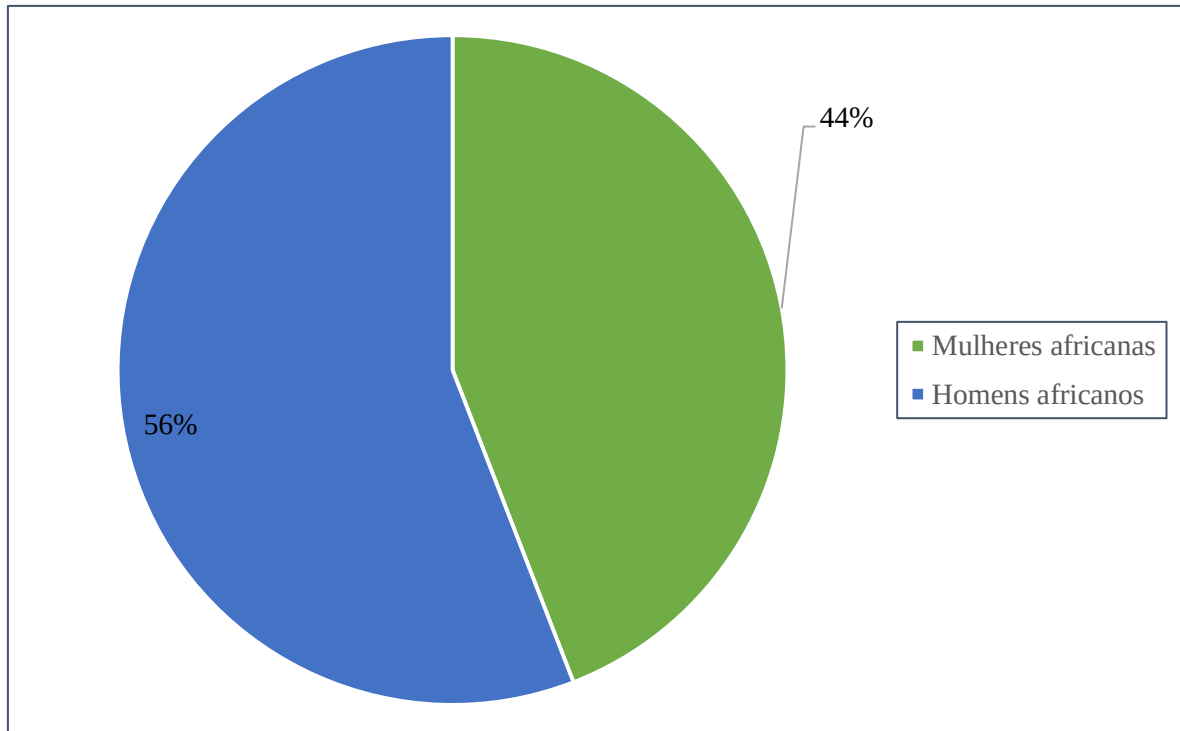
No que diz respeito ao território sergipano o protocampesinato apresentou-se de diferentes maneiras, fazendo com que houvesse a possibilidade de acumulação de bens por alguns indivíduos. É possível perceber este acontecimento em testamentos *post mortem* e inventários, nos quais constam exemplificações desta natureza. Sobre este fato tomemos como exemplo, o caso de Domingos, que por meio de uma petição, requereu ao seu ex-senhor que vendesse a escrava Martinha, sua esposa, que permanecia submissa a seu dono. Foi por meio do seu roçado que o ex-escravo conseguiu juntar o valor de 40\$ (quarenta mil reis) para comprar a liberdade da sua mulher (GONÇALVES, WANDERLEY 2017). Em síntese, é admissível afirmar que João Mina era mais um, entre os cativos libertos, que veio a contribuir com a subsistência da capitania sergipana.

3.6- A presença massiva de mulheres nas plantações de mandioca na região do Vaza-Barris

A presença massiva de mulheres na lista de plantadores de mandioca no vale do Vaza-Barris é de 44%, enquanto os homens apresentam um percentual de 56%, esse fato revela o quanto a mão-de-obra feminina era tão utilizada nesta localidade. O trabalho das mulheres escravizadas era diverso, dependiam da zona em que se concentravam. No setor urbano eram responsáveis pelos cuidados com os afazeres domésticos, vendiam alimentos e outros gêneros comerciais, afim de obter lucro para a família que servia. Já na zona rural labutavam nas roças de autoconsumo, no cuidado com os alimentos, lidavam com os animais e com as obrigações da casa-grande. Algumas se tornavam amas de leite, além de realizarem outras funções (SILVA, 2018, pg. 08).

No que concerne ao continente africano, lá as mulheres detinham um certo valor. Eram consideradas excelentes procriadoras e uma boa mão-de-obra para a produção agrícola. Elas eram trazidas de suas aldeias e levadas para cativeiros. Muitas das vezes, as aldeias eram invadidas pelos saqueadores que as capturavam para transportá-las até a costa do Atlântico, nesse local eram vendidas para traficantes intercontinentais e embarcadas em navios negreiros.

Gráfico 2: A presença massiva de mulheres nas plantações de mandioca na região Vaza-Barris



Relativo ao início do século XIX, é plausível assegurar que as escravas desembarcadas no sertão nordestino, eram originárias de diversas etnias africanas. Dessa forma, a maioria das escravas do Campo maior e de Oeiras, advinham de Angola. No tocante à Paraíba elas provinham do Congo. A diversidade de cativas africanas era enorme: de Benguela, Casange, Cabundá, Mina, Belundo, Moçambique, Rebolo, Cabinda, Quissamã, Canguinina, Nagô, Muladona e Gabão. A aquisição de escravas ocorria nos grandes mercados de São Luís, Recife ou Salvador, muitas eram importadas pelo porto de Parnaíba, ao norte do Piauí (FALEI, 2004, pg. 208).

Assim, dentro dessa variedade grupal, algumas escravas possuíam características bastantes peculiares. De fato, estas mulheres apresentavam marcas feitas no rosto ou peito, em forma de círculos, traços ou ambos, prática bem ao estilo africano. Desse modo, esses traçados que as africanas carregavam podem ter sido uma maneira de constatar as variadas etnias, ou simplesmente era apenas uma forma de embelezamento dessas mulheres. A respeito das vestimentas, essas escravas utilizavam apenas duas saias e uma blusa larga (bata) usada sobre a saia. Já as cativas baianas não usavam nenhum tipo de adorno, principalmente se este era feito em ouro.

Em relação ao trabalho das escravas, estas eram empregadas na roça, mas também os seus senhores as colocavam para serem: tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras,

amas de leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras, eram mão de obra para qualquer tipo de serviço doméstico. Por outro lado, poucas escravas aprendiam um ofício, seja no campo da carpintaria ou na fiação, porém, grande parte delas tiveram que desenvolver habilidades em diversificadas áreas.

Acerca da região nordestina, existem relatos de uma escassez de escravos, os senhores possuíam em média cinco, essa afirmação não significa que não houvesse outros senhores que concentravam uma quantidade bastante numerosa de escravizados. Todavia, foram estas causas que fizeram com que as africanas fossem abundantemente exploradas como mão-de-obra (FALEI, 2004, pg. 209).

No que tange a Capitania sergipana, é possível relatar que, nas Vilas de Lagarto e Santa Luzia, a escravaria se caracterizou por deter uma grande quantidade de mulheres africanas. Isso foi possível graças as plantações de subsistência: mandioca, feijão e milho dentre outros. Dessa forma, as africanas labutavam em diversas atividades, começando pela lavoura e terminando nos afazeres domésticos. Haja vista que o emprego da força feminina na lavoura era vantagem para o senhor, adquiri-las custava menos. De tal forma, as escravas que eram capazes de reproduzir continuamente, dando mais escravos ao senhor, recebiam a sua carta de alforria (SANTOS, 2014, pg. 172).

A título de exemplificação do fato citado acima, podemos citar um, ocorrido por volta de 1798, Feliz Francisco Nunes que residia na Vila de Santo Amaro reconheceu em seu testamento um acordo feito com sua escrava Quitéria, casada, que só teria a sua liberdade após conceber filhos. Do mesmo modo, o testamento confirma que a vontade de Francisco foi cumprida, a escrava não consta no inventário como sendo cativa. De sorte que, as mulheres auxiliavam os escravos na lavoura em momentos em que havia a necessidade de uma maior quantidade de pessoas na labuta. Já no Reino do Congo a lavoura era uma atividade feminina, os homens eram os responsáveis por prepararem a terra, mas não a cuidavam; essa atividade era exclusiva das mulheres. No tocante as terras sergipanas, muitos aprenderam a trabalhar na monocultura, homens e mulheres (SANTOS, 2014, pg. 182). Sendo assim, o emprego da mão-de-obra de africanas em uma das culturas de subsistência da Capitania de Sergipe D'el Rey, era algo corriqueiro, a labuta de cativas em terras sergipanas é algo pouco estudado e que merece uma maior atenção por parte dos historiadores sergipanos.

4- CONCLUSÃO

A lista de plantadores de mandioca da região do Vaza-Barris, do final do século XIX, como vimos, mostrou algumas particularidades da produção mandioqueira, entre elas a presença significativa das mulheres nas roças de mandioca. Pode-se perceber a variedade étnica empregada nesse plantio, bem como o significado dos nomes dos escravos nesta localidade.

Foi possível atentar-se a detalhes como a ausência de plantações de mandioca em alguns engenhos, na região do Vaza-Barris, devido a fatores climáticos ou até mesmo pela desobediência de determinados senhores, que insistiam em não seguir as ordens régias. Também foi de grande valor perceber a origem dos nomes dos engenhos presentes na lista de plantadores de mandioca. Um fator muito relevante na análise da fonte, foi o caso de João Mina, um escravo alforriado que recebera um pedaço de terra para plantar mandioca. Todos os comentários feitos a respeito dessa fonte histórica, foi possível graças ao roteiro de análise de fontes históricas apresentado no livro: “A Lição das Fontes”, lançado pelo Professor Francisco José Alves, em parceria com Saulo Barbosa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Francisco José; BARBOSA, Saulo (orgs.). **A Lição das Fontes**. Exercícios de pesquisa historiográfica. 1.ed., Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. pág.: 192.

ALVES, Joaquim. **História das Secas (Século XVII a XIX)**. Edição especial para o acervo virtual Oswaldo Lamartine de Faria. Edição Fac-Similar 1953. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara, 2003. pg.: 296. Disponível em: <https://colegaomossoroense.org.br/site/wp-content/uploads/2018/07/HIST%C3%93RIA-DAS-SECAS.pdf>. Acesso em: 20/02/2023.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana de. **Nordeste açucareiro (1840-1875): desafios num processo de vir a ser capitalista. Sergipe no século XIX**. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe/Secretaria de Estado do Planejamento, Banco do Estado de Sergipe, 1993.

BEZERRA, Felte. **Etnias Sergipanas**; contribuição ao seu estudo. 1ª reedição. Aracaju, Gráfica Editora J. Andrade, 1984. pág.: 189.

BOMFIM, Luiz Fernando Costa; COSTA, Ivanaldo Vieira Gomes da; BENVENUTI, Sara Maria Pinotti. **Projeto Cadastro da Infra-Estrutura Hídrica do Nordeste: Estado de Sergipe. Diagnóstico do Município São Cristóvão**. Aracaju: 2002. pg.: 1-29. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/hidrologia/cadastro_infraestrutura_sergipe/Saocristovao.pdf

COSTA, José Eloízio da; SANTOS, Josefa de Lisboa (org.). Ensaio sobre a mandiocultura e a pequena produção familiar. Editora UFS, 2012.

FALEI, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão Nordestino**. In: PRIORE, Mary Del (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). História das Mulheres no Brasil. 7ed. São Paulo: Contexto, 2004. pg.: 202-231. Disponível em:

<https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

GUARANÁ, Armindo. **Glossário Etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do Estado de Sergipe**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº05 de 1914. pg.: 297-326. Disponível em: <http://ihgse.org.br/>. Acesso em: 28/02/2023.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016. pg.: 296. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/10/escravidao_web.pdf. Acesso em: 03/03/2023.

GONÇALVES, Hortência de Abreu; WANDERLEY, Lílían de Lins; PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos Passos. **O sistema colonial e a formação da propriedade agrícola: doações testamentárias e a sua relação com o espaço rural de Sergipe**. Mercator, Revista de Geografia da UFC, ano 3, nº05, 2004. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/204>

GONÇALVES, Hortência de Abreu; WANDERLEY, Lílían de Lins. **Agricultura de subsistência e a atuação do escravo e do ex-escravo no setor primário de Sergipe**. Interfaces Científicas- Humanas e Sociais. Aracaju, v.5, nº3, fev. 2017. pg.: 23-36. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/2549>. Acesso em: 15/02/2023.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade**. Aracaju: Fundesc, 1986.

MALAQUIAS, Carlos de Oliveira; VIEIRA, Édén Filipe Santos; PEREIRA, Ana Cláudia. **Açúcar, Farinha e Escravidão: O Atlântico e a História Agrária de Sergipe Del Rei na Ascensão da Lavoura Canavieira**. Ponta da Lança, São Cristóvão, v.12, n. 23, jul. – dez. 2018.

pág.:13-42. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/pontadelanca/article/view/9449>. Acesso em: 03/02/2023.

NUNES, Naidea. **Os prenomes de escravos na antroponímia primitiva da Madeira (séculos XV a XVII)**. Universidade da Madeira, 1996. pg.: 219-231. Disponível em: <https://digituma.uma.pt/bitstream/10400.13/2182/1/Os%20prenomes%20de%20escravos%20na%20antropon%C3%ADmia%20primitiva%20da%20Madeira%20.pdf>

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Colonial 1**. 2ed, editora UFS, 2006. pág.: 350

PEREIRA, Ana Claudia. **Riqueza e Escravidão em Sergipe Del Rei: passagem do século XVIII para o século XIX**. Programa de Iniciação Científica Voluntária – PICVOL, 2016/2017. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/7983>. Acesso em: 19/01/2023

SILVA, Kathiusy Gomes da. **Escravidão, Escravizadas, e a Família Escrava: Mulher Negra na Formação da Família Escrava**. XIV Encontro de História da Anpuh-MS, 2018. pg.: 1-18. Disponível em: http://www.encontro2018.ms.anpuh.org/resources/anais/9/1535599459_ARQUIVO_EnsaioFamiliaescrava.pdf

SANTOS, Cezar Alexandre Neri. **A Toponímia em Sergipe: Descrição e Análise**. Salvador, 2019. pg.: 349. Disponível em: http://www.ppglinc.lettras.ufba.br/sites/ppglinc.lettras.ufba.br/files/a_toponimia_em_sergipe_-_tese_ppglinc_ufba_2019_cezar_a_neri_santos.pdf

SANTANA, Márcio Conceição. **“Mapas” e “Listas” dos Plantadores de Mandioca em Sergipe (1785/1786)**. São Cristóvão, 2003. pág.: 18-43.

SANTOS, Joceneide Cunha. **NEGROS(AS) DA GUINÉ E DE ANGOLA: NAÇÕES AFRICANAS EM SERGIPE (1720-1835)**. Salvador, 2014. pág.: 314. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/32395/1/TESE%20Santos%2C%20Joceneide%20Cunha%20dos.pdf>. Acesso em: 27/02/2023.